

REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE REGULAÇÃO DO SUS

Reunião ordinária CIT 18/12/2025



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Principais atos normativos

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008

Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

Considerando a Lei Orgânica da Saúde Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Considerando a Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006, que aprova as diretrizes operacionais do pacto pela saúde e a Portaria Nº 699/GM, de 30 de março de 2006, que regulamenta as diretrizes operacionais dos pactos pela vida e de gestão;

Considerando a pactuação formulada na Câmara Técnica da Comissão Intergestores Tripartite - CIT;

Considerando a Portaria Nº 1.571/GM, de 29 de junho de 2007, que estabelece incentivo financeiro para implantação e/ou implementação de complexos reguladores;

Considerando a Portaria Nº 3.277/GM, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a participação complementar dos serviços privados de assistência à saúde no âmbito do SUS;

Considerando a necessidade de estruturar as ações de regulação, controle e avaliação no âmbito do SUS, visando ao aprimoramento e à integração dos processos de trabalho;

Considerando a necessidade de fortalecimento dos instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, que garantem a organização das redes e fluxos assistenciais, provendo acesso equânime, integral e qualificado aos serviços de saúde; e

Considerando a necessidade de fortalecer o processo de regionalização, hierarquização e integração das ações e serviços de saúde, resolve:

Art. 1º Instituir a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão, como instrumento que possibilite a plenitude das responsabilidades sanitárias assumidas pelas esferas de governo.

Art. 2º As ações de que trata a Política Nacional de Regulação do SUS estão organizadas em três dimensões de atuação:

Política Nacional de Regulação do SUS – PNR

PRC GM/MS nº 2, de 2017 - anexo XXVI (Origem PRT. GM/MS nº 1.559/2008)

Incentivo Financeiro de Custeio Destinado às Centrais de Regulação

PRC GM/MS nº 6, de 2017 - art. 354 ao 368 (Origem PRT GM/MS nº 1.792/2012)

Programa Nacional de Redução das Filas (PNRF)

PRT GM/MS Nº 90/ 2023; PRT GM/MS Nº 5.820, de 4 de dezembro de 2024

Modelo de Informação de Regulação Assistencial (MIRA)

PRT SAES/SEIDIGI Nº 3, de 18 de abril de 2023

Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES)

PRT GM/MS Nº 1.604, de 18 de outubro de 2023

Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada

PRT GM/MS Nº 3.492, de 08 de abril de 2024

Obrigatoriedade de envio de dados de Regulação Assistencial

PRT GM/MS Nº 6.656, de 7 de março de 2025

Programa Agora Tem Especialistas (PATE)

PRT GM/MS Nº 7.266, DE 18 DE JUNHO DE 2025

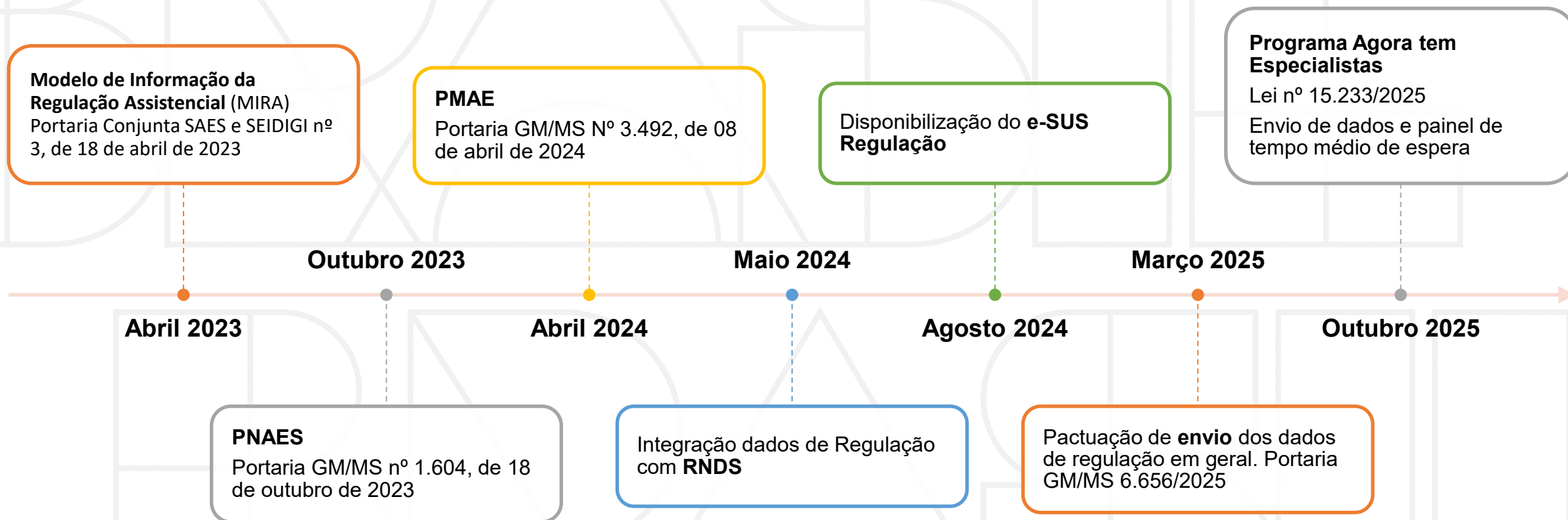
Lei nº 15.233, DE 7 DE OUTUBRO DE 2025



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Caminho percorrido



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Regulação no Agora Tem Especialistas – Oferta de Cuidado Integrado

Portaria GM/MS 3.492/2024

- Regulação e cuidado integrados, com **foco no usuário** e na jornada mais adequada e oportuna, com base em **protocolos de acesso** (identificação da OCI na APS ou na regulação)
 - Fila única para a etapa do cuidado
- Definição de tempos máximos de atendimento – 30 ou 60 dias
- Dispositivos para a Navegação do cuidado - **Núcleos de Apoio à Gestão e Núcleos de Gestão do Cuidado**
- Implementação progressiva de estratégias de qualificação da **gestão das filas e de qualificação do processo e fluxos regulatórios**;
- Desenvolvimento de estratégias de **contato com o usuário**, com alertas e busca ativa para redução do absenteísmo e garantia da continuidade do cuidado



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Revisão da PNR-SUS – Etapas

GT de Revisão

- Portaria GM/MS 6.877, de 17/04/2025
- Coordenação da SE
- Prazo de 60 dias (prorrogação +60)
- Portaria de Pessoal SE/MS, nº 322, de 30/05/2025



Funcionamento

- Reunião de abertura em 03/06/25
- 04 Reuniões do grande grupo – alinhamento sobre dimensões e diretrizes
- Divisão em três subgrupos para construção dos eixos temáticos - 04 reuniões cada - condução da CGRA/SAES
- Pouco tempo, mas bastante participativo



Etapas

- Fechamento proposta do GT – 04/09/25
- Discussão e aprovação no CNS – 11/12/25

Revisão da PNR-SUS – Participação

SECRETARIA EXECUTIVA

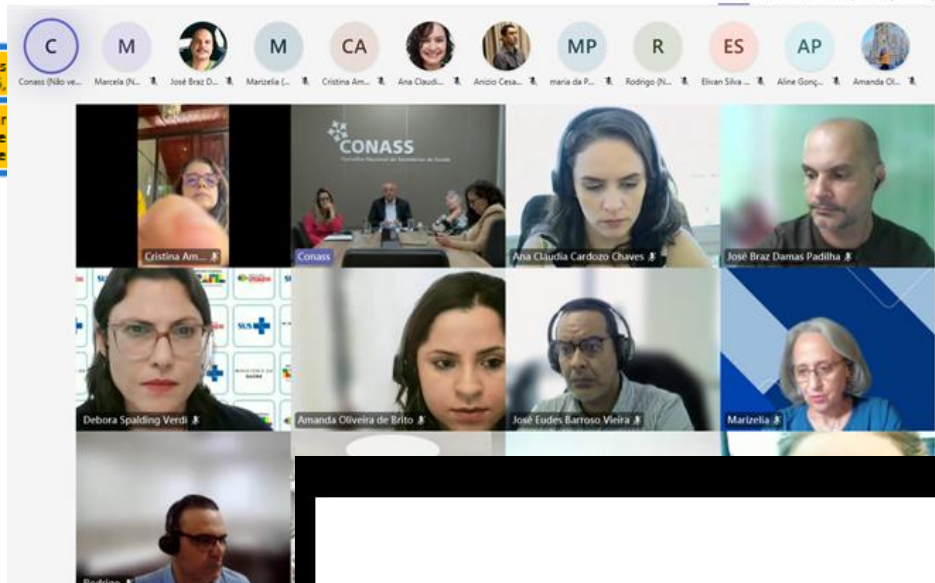
PORTARIA DE PESSOAL SE/MS Nº 322, DE 30 DE MAIO DE 2025

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Portaria GM/MS nº 6.877, de 17 de abril de 2025, resolve:

Art. 1º Designar os membros que integrarão o Grupo de Trabalho para revisar e atualizar a Portaria GM/MS nº 1.559, de 1 de agosto de 2008, e a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, no que se refere à Política Nacional de Regulação do SUS:

- I - Secretaria-Executiva - SE
Titular: Adriano Massuda
Suplente: Nilton Pereira Júnior
Titular: André Luis Bonifácio de Carvalho
Suplente: Fátima Ali
 - II - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES
Titular: Mozart Julio Tabosa Sales
Suplente: Aline de Oliveira Costa
Titular: Carlos Amílcar Salgado
Suplente: Debora Spalding Verdi
Titular: Rodrigo Alves Torres Oliveira
Suplente: VAGO
 - III - Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS
Titular: Ana Luíza Ferreira Rodrigues Caldas
Suplente: José Eudes Vieira Barroso
 - IV - Secretaria de Saúde Indígena - SESAI
Titular: Ricardo Weibe Nascimento Costa
Suplente: Maria Lucilene Martins Santos
 - V - Secretaria de Informação e Saúde Digital - SEIDIGI
Titular: Paulo Henrique Oliveira Weiss de Carvalho
Suplente: Juliana Ramos Bruno
Titular: Loyane Mota Fernandes
Suplente: Robson William de Melo Matos
 - VI - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA
Titular: Fabiano Geraldo Pimenta Júnior
Suplente: Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira
 - VII - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde - SECTICS
Titular: Marco Aurélio Pereira
Suplente: Jaqueline Rocha Borges dos Santos
 - VIII - Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS
Titular: Marco Antonio Bragança de Matos
Suplente: Felipe Ferré
Titular: Marise Gnatta Dalcuche
Suplente: Maria José Oliveira Evangelista
Titular: Luciana Tolédo Lopes
Suplente: Rita de Cássia Bertão Cataneli
Titular: Luciana Vieira Tavernard de Oliveira
Suplente: VAGO
Titular: René José Moreira dos Santos
Suplente: VAGO
Titular: Tereza Cristina Lins Amarel
Suplente: VAGO
 - IX - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS
Titular: Rodrigo Cesar Faleiro de Lacerda
Suplente: VAGO
Titular: Michael Luiz Diana de Oliveira
Suplente: VAGO
Titular: Maria da Penha Marques Sapata
Suplente: VAGO
Titular: Cleilson Augusto de Souza
Suplente: VAGO
Titular: Elaine Maria Gianotti
Suplente: VAGO
Titular: Anna Katarina Lima Pinheiro de Galiza
Suplente: VAGO
 - X - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES
Titular: Fabiano Ribeiro dos Santos
Suplente: Evellin Bezerra da Silva
- Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO MASSUDA



Além da portaria:
Amanda Brito,
Verlaine Lagni,
Sérgio Souza,
Júliana Lujan
Suzana Ribeiro,
Mário do Carmo,
José Carlos
Moraes,
Caroline Cunha,
Ana Cláudia
Cardozo, Natali
Minoia, Letícia
Motta, Angélica
Vieira, Rodrigo
Lages
Vanderson
Brito, Antônio
Silva, Marizela,
Claudete Silva,
Felipe Reque,
Michele Belchior,
Luciane Lima,
Waldir Gomes...



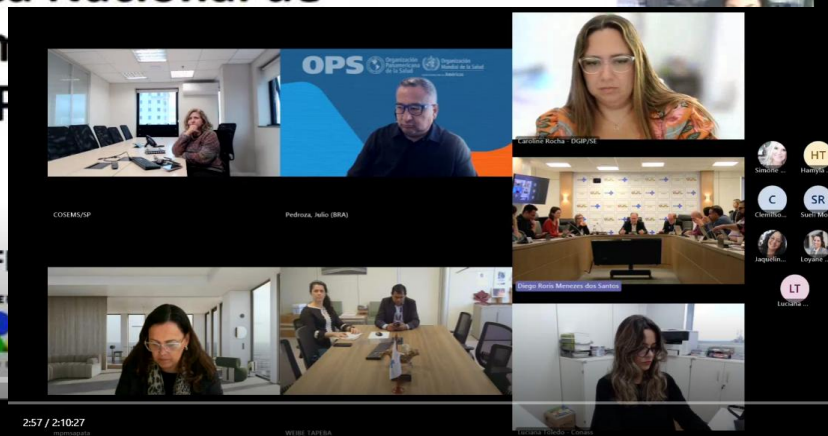
Estudo sobre modelos de regulação em saúde no contexto nacional e internacional para apoiar a revisão das diretrizes da Política Nacional de Regulação em PRIMEIRA P

RELATÓRIO F



7 / 2:10:27

2:57 / 2:10:27



Objetivos da Regulação do SUS

I - promover o acesso equânime e resolutivo, em tempo oportuno, às ações e serviços de saúde;

II - organizar os fluxos assistenciais e processos de trabalho integrados, com base em linhas de cuidado;

III - promover a eficiência no uso dos recursos do SUS;

IV - coibir a iniquidade de acesso entre pessoas e segmentos sociais e reduzir as iniquidades regionais no acesso à atenção especializada; e

V - promover a transparência no processo regulatório.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Diretrizes

Promoção de um modelo atenção centrado no cuidado ao usuário

- Modelo centrado nas necessidades de saúde
- Cuidado integrado e decisão compartilhadas das equipes e serviços
- Engajamento do usuário na produção do próprio cuidado

Acesso integral, equânime e oportuno – Protocolos

- Critérios transparentes e equânimes baseados em riscos, vulnerabilidades e diretrizes clínicas
- Uso de protocolos clínicos e de acesso compartilhados entre os pontos de atenção da RAS
- Qualidade e Segurança do paciente como eixo estruturante da regulação

Fortalecimento da APS e integração com a Atenção Especializada

- APS: ordenadora do acesso e coordenadora do cuidado
- Fluxos assistenciais bem definidos e integração com os sistemas de apoio logístico e de informação

Promoção da regionalização da saúde e da contratualização

- Organização regional da RAS com vistas à superação dos vazios assistenciais
- Contratualização de todos os estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS

Estímulo ao uso da saúde digital, à integração e à interoperabilidade dos sistemas de saúde

- Processo regulatório informatizado e transparente, com comunicação clara ao cidadão
- Padronização de registros de regulação assistencial e integração à RNDS
- Adoção de ferramentas de telessaúde

Governança, monitoramento e participação social

- Monitoramento e avaliação permanente das práticas regulatórias
- Participação da sociedade e atuação do controle social nos processos de monitoramento e avaliação da implementação da política

Principais mudanças na nova PNR - SUS

Regulação da Atenção-Regionalização e Contratualização

- Planejamento regional das ações e serviços de saúde, fundamentado nas necessidades de saúde da população de determinado território, na análise da capacidade instalada e nas lacunas de oferta de ações e serviços de saúde
- Contratualização abrangendo todos os pontos de atenção da RAS, públicos ou privados

Centrais de Regulação e RAS

- Ações de regulação do acesso executadas pelos serviços de saúde da RAS, especialmente APS e centrais de regulação



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Principais mudanças na nova PNR - SUS

Transporte Sanitário

- Ação para garantir o deslocamento seguro e oportuno dos usuários, assegurando a continuidade do cuidado
- Utilização integrada ao processo regulatório local e regional

Gestão da Informação, Transparência e Saúde Digital

- Uso da informação para a promoção do cuidado e tomada de decisão
- Informatização do processo regulatório
- Integração à RNDS e interoperabilidade dos sistemas de informação
- Transparência individual e agregada das listas de espera

Formação, educação permanente e pesquisa

- Incentivo a inserção da temática de regulação nos cursos de saúde e à produção de pesquisas
- Educação permanente com as equipes de AE e APS, por meio de matriciamento, telessaúde, supervisão



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Principais mudanças na nova PNR - SUS

Monitoramento e Avaliação

- Destaque para a importância do monitoramento e avaliação
- Estabelecimento de indicadores iniciais para implementação da PNR

Plano Operativo

- Ações estratégicas para apoio à implementação da PNR nos territórios, pactuado no âmbito tripartite
- Elaboração conjunta entre MS, CNS, Conass e Conasems
- Prazo para pactuação: 180 dias a partir da publicação da PNR



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO